



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

PASQUIM FEMINISTA

Publicação do COLETIVA FEMINISTA GSEX

ANO II - Nº04

Data de fechamento: 31/10/2023

Geovana Lara Clemente Rocha
Idealizadora do projetoMaria Meire de Carvalho
Coordenadora do projetoAna Gabriela Colantoni
Gabriela Magalhães Sabino
Revisoras do projetoAna Carola Cavalcante
Design e diagramação gráfica

ACOMPANHE NOSSAS REDES:

@coletivagsex

 Coletiva Feminista GSEX
gsexgoias@gmail.com

**NESTA
EDIÇÃO**

**Professora pesquisadora: uma doadora de memórias . Mulheridade . Isabel Allende
Violência Política de gênero . Monique Wittig . Saúde Mental . Transfeminismo
PODBB . Coluna feminista**

PROFESSORA PESQUISADORA: uma doadora de memórias

Por: **Gabriela Magalhães Sabino**

Escolhi escrever na primeira pessoa do singular, porque acredito na esperança feminista, que para Gebara (2022) ocorre pelo fato de termos ficado caladas de muitas maneiras. Agora falamos publicamente e ainda gritamos nossas dores e, por fim, buscamos uma outra ordem social para tentar sanar nossas feridas. Porque, como mencionou José Saramago em uma entrevista a Ribeiro (2008): “Não temos outra coisa [que palavras] – Somos as palavras que usamos”. Por isso, decidi escolher as minhas pelos verbos em primeira pessoa do singular, pois eles representam quem eu sou, uma professora pesquisadora. Decidi ser professora, porque vai ao encontro do que Pinheiro (2023) menciona como “uma doadora de memórias”, pois, é um ofício que me atravessa de novas memórias que quero construir com meus alunos, pois me inquieta a estrutura patriarcal e a prática emancipatória que me mobiliza em uma busca incansável que reflito sobre um trecho de Dom Quixote, pois sonho com o impossível, sofro com a angústia implacável, piso onde os bravos não ousam, tento reparar o mal irreparável, enfrentar o inimigo invencível, tentar quando as forças se esvaem, por conta de uma estrela inatingível. Essa é a minha busca, a conscientização da igualdade de gênero.

Enquanto professora, me entendo como sujeito emancipador, para apresentar questões sociais e estruturais importantes aos estudantes, como, por exemplo, a questão da desigualdade. Isso faz parte do que eu acredito como minha função enquanto profissional da educação e pesquisadora. É um dever de toda sociedade combater a violência contra as mulheres, especialmente no que tange aos profissionais da educação, haja vista a função imprescindível da conscientização e reeducação, bem como a importância do feminismo para todas as conquistas até aqui, e a produção de um processo de formação crítico-social feminista envolvendo a interseccionalidade.

Dedico este texto para todos/as mestres com carinho!

Referências:

GEBARA, Ivone. Falar. In: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. Esperança Feminista – Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2022. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista? São Paulo: Planeta do Brasil, 2023, 160p. RIBEIRO, Anabela Mota. José Saramago: o Nobel. Jornal de Negócios, 2008. Disponível em: <<https://anabelamotaribeiro.pt/62964.html>>. Acesso em: 19 agosto 2023.



Gabriela Magalhães Sabino é professora feminista, pesquisadora decolonial e doutoranda em Estudos Linguísticos (PPGLL/UFG).

MULHERITUDE: subvertendo esteriótipos

Por: Ana Colantoni

Toda a nossa significação é constituída a partir da diferenciação, assim, temos tipos de profissões, tipos de lazer, tipos de projetos e tipos de mulheres. Para descrever esses tipos, utilizamos descrições, que são os traços de diferenciação. Contudo, no caso desses estereótipos, as pessoas complexas são reduzidas a traços, que depois são exagerados, formando uma espécie de caricatura. Assim, os estereótipos são usados para ridicularizar, para tirar a autoridade das falas das pessoas e para subjugar-las, o que gera, por exemplo, uma escuta desatenta nos depoimentos das pessoas envolvidas.

Há diversos estereótipos de mulheres e é curioso que o estereótipo de um tipo de mulher pode ser usado para controlar outro tipo de mulher. Ou seja, o rebaixamento de um tipo de mulher serve para manter outras mulheres em uma situação maior de exploração. Por exemplo, nos dias atuais, podemos constatar que as prostitutas têm direito de pagar o INSS declarando sua função, o que não acontece com as donas de casa, que não são remuneradas. Entretanto, o estereótipo da prostituta, que reduz as mulheres dessa profissão a pessoas vagabundas, trapaceiras, interesseiras e trambiqueiras, controla outros tipos de mulheres para permanecerem nos serviços domésticos. Os serviços domésticos - sendo remunerados ou não - estão na base de nossa sociedade, enquanto trabalho precário. Entretanto, as mulheres que estão executando esse trabalho sentem-se superiores ao tipo prostituta por causa do estereótipo. Esse sentimento de superioridade é simbólico e contribui para a manutenção de mulheres em situação de maior exploração. Por outro lado, o estereótipo da dona de casa - que reduz mulheres aos traços da superficialidade, da ignorância, da fofoca e do sentimentalismo - contribui para controlar mulheres para o produtivismo no setor industrial ou comercial, ganhando menos do que os homens.

A violência simbólica naturaliza outros tipos de violência, pois faz com que mulheres sejam vistas como seres humanos que não devem ser ouvidos, que podem ser controlados, estuprados e até mortos.

Portanto, é necessário subverter estereótipos, valorizar o que está desvalorizado para gerar contrapeso. Vivemos em uma sociedade em que a mulher, para ser valorizada, precisou agir como os homens agiam: serem violentas, objetivas, produtivas a qualquer custo.

O contrapeso simbólico é valorizar a história não escrita das mulheres, como por exemplo, entender historicamente o motivo pelo qual a fofoca ganhou um sentido tão pejorativo, compreender o motivo da valorização dos ideais ascéticos em nossa sociedade, pensar sobre a desvalorização da paciência, além de cultivar os modos poéticos e a sensibilidade. Ou seja, todas as pessoas precisam aprender com a vivência das mulheres. Esse contrapeso estético (“a mulheritude”) é uma forma de sororidade necessária, ao verificarmos que, nessa sociedade patriarcal e machista, não há mulher que não seja subjugada.



Ilustração:
Emiliano Freitas

Ana Colantoni (gsexiana e professora de filosofia).

Isabel Allende e o Realismo Mágico

Por: Rafaela Cavalcante Melo

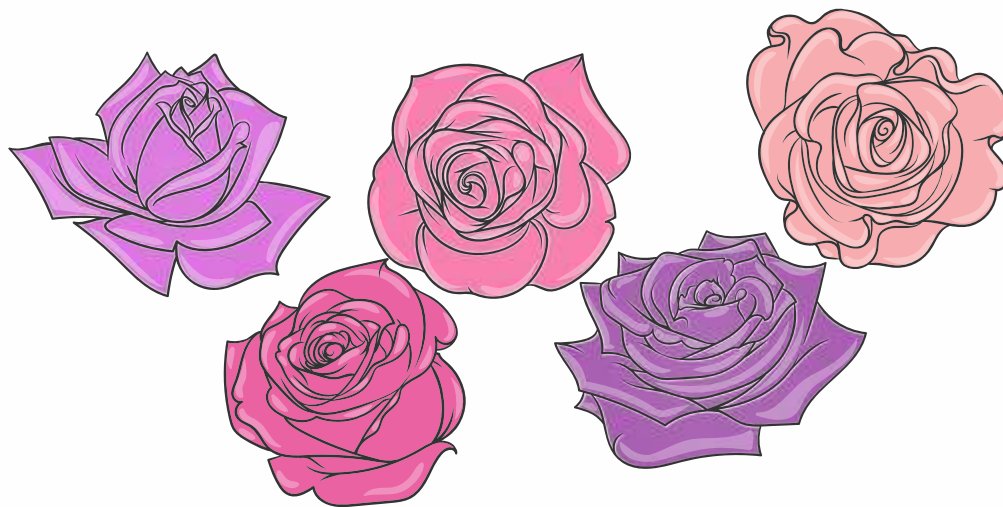
Quando o sobrenome Allende é citado, provavelmente, remeteremos à trágica morte de Salvador Allende (1908-1973) e a implementação do estado de terror que devastou o Chile de 11 de setembro 1973 até março de 1990, mas asseguro e afirmo que os retrocessos deste período são vislumbrados atualmente. Pensar o 11 de setembro, apenas quanto ao atentado às cidades dos Estados Unidos da América, é reforçar o processo violento de esquecimento da história do nosso território, de nossa América Latina. Para além do presidente perseguido pelos seus ideais de libertação, temos uma figura assustada e atormentada, no auge de sua juventude, que foi obrigada a se exilar na Venezuela, na década de setenta: Isabel Allende Llona (1942). Expatriada em um local diferente em que cresceram e com medo do que a aguardaria, a chilena encontrou na escrita sua salvação e com ela pode regressar a uma memória dolorosa sobre seu país natal.

Quem lê as obras da autora percebe que para além do gênero da ficção elas são um substrato de sua própria vida, de suas próprias reveses. Adotando um estilo literário único, para a época, e latino-americano, utilizado por autores como Gabriel García Márquez e Julio Cortázar, a autora funde elementos realistas com elementos fantasiosos e/ou sobrenaturais, tratando-os com naturalidade tanto pelos personagens como pelo narrador, pois, compreende-se como parte integrante do cotidiano, não havendo diferenças objetivas entre a realidade e os devaneios.

O ponto chave seria o não questionamento do narrador quanto ao cenário em que está inserido, para ele é natural, não havendo ceticismo e desconfianças. De forma breve e acanhada, conto um pouco do enredo de algumas obras relevantes da escritora: como por exemplo, em *A Casa dos Espíritos* (1982), seu romance de estreia, acompanhamos um épico familiar com as gerações da família Trueba explorando suas complexidades, relacionamentos familiares e amorosos, conflitos e rivalidades, e com a adoção do realismo mágico, contamos com descrições místicas que revelam eventos inusitados; e pelo espaço curto que tenho, falo também de *Filha da Fortuna* (1998), onde experienciamos pontos que nos são tão valiosos como a eclosão do movimento feminista, quando a personagem principal rompe com o estigma geracional e busca por sua própria independência e sonhada identidade, além das discussões sobre a ideia do sonho de viver nos EUA, no momento da Corrida do Ouro, na Califórnia, no século XIX, e da Guerra Civil. Logo, com esse estilo literário as autoras e autores exploram toda a complexidade da realidade com a inserção de elementos fantásticos, para que a narrativa seja criada desafiando as fronteiras entre o real e o ilusório, ao mesmo tempo em que oferecem discussões profundas sobre cultura, história e a condição humana.

Essa máxima dramática, que emerge do próprio personagem, impulsionando sua jornada ao longo da narrativa, é, em essência, uma representação metafórica da realidade cotidiana. Allende mantém contato com um parente, enquanto exilada, que estava no Chile em seu leito de morte. Em cartas, contava a ele quão marcante foi para sua existência. E finalizo essa singela publicação com uma frase do livro *Eva Luna* (1987) “A morte não existe, a gente só morre quando nos esquecem; se puder recordar-me, estarei sempre contigo.”

Rafaela Cavalcante Melo é mestranda em História (UFG).
E-mail: rafaelamelo@discente.ufg.br



Violência Política de Gênero e a Constituição Federal da 1988

Por: Sônia Maria Alves da Costa

No dia 5 de outubro de 2023, a Constituição Brasileira de 1988 completa 35 anos e quando foi promulgada, a Assembleia Constituinte – composta por apenas 26 mulheres entre 559 integrantes, ou seja, 5% – foram chamadas, pejorativamente, de “bancada do batom”, tiveram que se aliar para garantir e ampliar os direitos das mulheres, entre os quais a igualdade jurídica de gênero (art. 5º, inciso I: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição).

Contudo, após três décadas e meia da CF/1988, esse percentual de mulheres foi elevado a cerca de 18% (90 parlamentares), uma sub-representação, já que somos 52,65% (TSE, 2022). Duas deputadas constituintes, Benedita da Silva-RJ e Lídice da Mata-BA, seguem na atualidade e, apesar dos avanços, nem todos os direitos constitucionais foram integralmente assegurados e as lutas das constituintes e das parlamentares que vieram depois, seguem com o mesmo objetivo, em um Congresso com representantes extremamente conservadores, onde enfrentam nesse parlamento, corriqueiramente, violência política. É fato que, mesmo assegurada a isonomia na CF/1988, em 2023 foi necessário criar uma Lei para garantir a igualdade salarial entre trabalhadoras e trabalhadores no exercício da mesma função (Lei 14.611/2023), entre tantos outros exemplos.

Em período recente, depois de mais de cinco séculos de história em nosso país e quase 121 anos de República, em 31/10/2010, foi eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e reeleita em 26/10/2014, que sofreu um golpe misógino, sem crime de responsabilidade, previamente anunciado pela oposição, sob o lema de que “ganha mas não governa”.

Apesar da criação da Lei 14.192/2021, que visa prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher nas eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas, as perseguições e violência política no Congresso Nacional seguem de maneira vertiginosa ante o crescimento, ainda que tímido, da participação feminina nos diversos espaços políticos.

Atualmente, entre tantas outras violências políticas contra a bancada feminina, um grupo de seis parlamentares, de partidos de esquerda ou centro-esquerda sofrem ameaça de cassação de mandato por parte de parlamentares extremistas, demonstrando a necessidade da luta cotidiana contra o conservadorismo, a misoginia, e o machismo para assegurar a igualdade de gênero, a liberdade, a diversidade política e a democracia.

Dessa forma, seguimos no enfrentamento de problemas semelhantes aos da época da constituinte em nosso país, em face desse fundamentalismo instaurado e do machismo estrutural reinante no Brasil, que se acirrou nos últimos anos.

Sônia Maria Alves da Costa é advogada, doutora em Direito-UnB, Adv. Voluntária no Projeto de Extensão Maria da Penha-UnB, Preside a CMV-OAB-DF.



Monique Wittig e a renovação na literatura lésbica

Por: Patrícia Lessa

Monique Wittig (1935-2003) foi transgressora e revolucionou o movimento feminista com seus escritos políticos, literários e filosóficos. O lesbianismo foi tema central em seus estudos, teorias e escritos. O livro *Le corps lesbien* gravita entre o universo das amazonas, das assembleias de mulheres, das feiticeiras e marca a presença do desejo sexual e do gozo entre mulheres. Sem dúvida, esse livro foi paradigmático, marcou os estudos lesbianos com a afirmação de um corpo que não se dobra facilmente ao sistema de pensamento hétero.

O corpo lesbiano reivindica uma identidade própria, e, ao poetizar a corporeidade lesbiana, a autora fornece uma positividade na relação com o prazer sexual e com a materialidade da sua experiência no mundo, mas ela não se limita à reprodução do real. Wittig cria a lesbiana de forma afirmativa e positiva.

Para a autora, as lesbianas não são mulheres, pois não se dobram às injunções do “pensamento hétero”. Na obra *Le corps lesbien*, os códigos masculinos são ignorados pela autora em sua narrativa e os desejos sexuais estão voltados exclusivamente ao prazer feminino. Ela escreve: “Eu sou aquela que guarda o segredo do seu nome [...]. Tão bela sua nuca suas bochechas seu olhar seus ombros seus seios seus braços seu ventre seu sexo suas costas sua bunda suas coxas suas pernas seus tornozelos seus pés” (WITTIG, 1973, p.146-147 tradução nossa).

O nome em “segredo” pode ser visto como um recurso poético que a autora utiliza ao abordar o encontro de olhares e de corpos, que em um barco naufragado flutuam entre tubarões sedentos por suas carnes expostas.

Podemos desdobrar as linhas e ir ao encontro dos corpos lesbianos vigiados, cercados e perseguidos pelo olhar heteronormativo, punitivo e corretivo. Sua crítica é mordaz, não deixa margem para dúvida: as lésbicas se encontram nas assembleias e escapam ao domínio heterossexista. É possível inferir que a sua obra seja a primeira narrativa de positividade com relação ao prazer sexual lesbiano, tendo em vista que, desde os poemas de Safo até o romance de Hadclyffe Hall, a tragédia e a morte como castigo pesavam sobre os corpos lesbianos. Desde as poéticas wittigianas vemos a erupção das vozes lesbianas tanto na literatura quando nos escritos teóricos. Eis a sua atualidade.

Patrícia Lessa é doutora em História (UnB)
E-mail patricialessa13@gmail.com
Site: patricialessa.com.br

Saúde mental, luta antimanicomial e os desafios contemporâneos

Por: Maria Meire de Carvalho

Para pensar a saúde mental e a luta antimanicomial é necessário um exercício de olhar mais profundo aos tipos de tratamento e às violações de direitos ocorridos pelos ditos "métodos de cura".

Já faz algum tempo que circulam denúncias do uso da "laborterapia" (trabalho forçado) e de práticas cristãs que se lançam como reveladoras da cura através de cultos religiosos que refutam os princípios da psiquiatria progressista, da psicologia e da psicanálise.

Por outro lado, aumentaram os debates sobre a saúde mental, mas muitas vezes, desacompanhados das preocupações com o incremento do cuidado e do acolhimento.

A indagação que nos intriga é a seguinte: de que adianta debater saúde mental sem articulá-la à transformação social?

A saúde mental, já foi e ainda é, um tabu, um tema carregado de preconceitos e, por vezes, propagada por uma superficialidade moral aflorada - como se houvesse uma saída simples da situação de sofrimento.

Nessa direção também ainda pesa a perspectiva capitalista neoliberal da "mercadorização da saúde mental" - narrativa que pode apresentar como pano de fundo a busca pelo "bem-estar". Dessa situação infere-se à uma certa popularização da temática e, apesar de se lançar como uma proposta descentralizada e democrática pode incorrer também numa extrema banalização da complexidade do debate sobre a saúde mental.

A psicanálise não se restringe somente ao trabalho clínico, pois desde os ensinamentos de Sigmund Freud, os fenômenos culturais atravessam os saberes psicanalíticos. Posteriormente, os ensinamentos de Lacan nos mostram o mal-estar da sociedade contemporânea interligada com o "sujeito e o outro".

Lacan reelabora o conceito de sintoma e sinaliza que há um avanço do sujeito rumo àquilo que nele existe de mais singular. No Brasil pós-pandemia, a discussão sobre saúde mental se acelerou.

Nessa direção, as redes sociais ampliaram as inserções sobre a saúde mental de uma maneira despreterida, elegendo-a como mais uma forma de se ganhar dinheiro. Logo, alguns profissionais e a mídia mercadológica alargaram os debates sobre a saúde mental desconsiderando as intersecções de raça, gênero, classe e capacitismo, dentre outras.

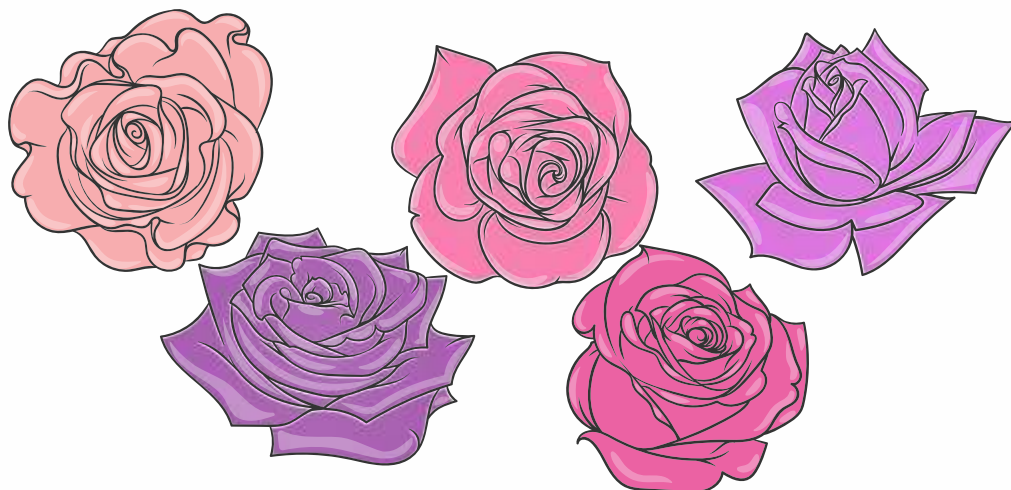
E para não dizerem que não falei aqui sobre gênero e sexualidade, trago os dados do Instituto Cactus (2022): "uma em cada cinco mulheres apresenta Transtornos Mentais Comuns (TMC), e a taxa de depressão é, em média, mais do que o dobro da taxa dos homens com o mesmo sofrimento". Isso evidencia que a prevalência de condições de saúde mental é maior nas mulheres.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), ser mulher perpassa por condições de vivências desiguais daquelas experimentadas pelos homens.

Quando a referência se pauta nas pessoas LGBTQIAPN+, elas têm duas vezes mais probabilidade de desenvolver condições mentais adversas do que os heterossexuais, enquanto para indivíduos transgêneros a probabilidade é quase quatro vezes mais do que para os cisgêneros.

Assim, é preciso negar a romantização do sofrimento e das angústias e recusar os discursos de "coaching neoliberal" - quando a responsabilidade do sucesso ou direção do tratamento é jogada diretamente ao paciente.

Sigo bestializada e amordaçada pelo sistema opressor e confesso: determinadas narrativas sobre o "bem-estar" me causam um demasiado "mal-estar".



Maria Meire de Carvalho é professora da UFG,
coordenadora da Coletiva Feminista Gsex e
coordenadora da Pasquim Feminista

Transfeminismo: a identidade de gênero em sua autodeterminação social e de direitos.

Por: Beth Fernandes

Uma família de um jovem de quatorze anos está brigando na Justiça contra a escola pelo direito desse jovem em usar o banheiro do gênero pelo qual ele se identifica. A direção do colégio o proibiu de usar o banheiro feminino, por motivo do seu sexo “biológico” - um menino e não uma menina. É uma jovem transexual.

A mãe luta pelo direito de sua filha usar o banheiro feminino. Essa mãe é feminista ou é transfeminista?

Ser feminista é lutar pelos direitos iguais e as pessoas TRANS (travestis e transexuais) lutam por equidade de gênero, elas são feministas. Feminismo não prega ódio, feminismo não prega a dominação das mulheres sobre os homens. Feminismo clama por igualdade, pelo fim da dominação de um gênero sobre outro. Feminismo não é o contrário de machismo.

Machismo é um sistema histórico de dominação cultural. Feminismo é a luta por direitos iguais. Então se você diz “não sou feminista”, mas clama que todos deveriam ser tratados igualmente e ter os mesmos direitos, você está, exatamente, na luta “feminista”.

Ser feminista não é ser contra uma coisa para ser a favor de outra - não é ser “contra” os homens para ser “a favor” das mulheres.

O feminismo não luta contra os homens e sim contra o supracitado sistema de dominação que privilegia os homens, pois foi criado por homens na base da cultura patriarcal. Existe diferença entre lutar contra um sistema e lutar contra um tipo de gênero.

Feminismo não tem nada a ver com ser inimiga dos homens. Somos efeitos da cultura, então há um alinhamento entre cultura e biologia. Feminismo não tem nada a ver com a luta de esconder o corpo (como em algumas culturas), muito pelo contrário, nós feministas exigimos o direito de andar com a roupa que bem entendemos, sem assédio ou constrangimentos - as transexuais passam por este constrangimento em seu vestuário. Por exemplo, a Marcha das Vadias, a Parada LGBT dão visibilidade à luta contra a imposição de um gênero sobre o outro.

Assim, a luta feminista não é contra os homens e sim a favor da equidade de gênero. Feminismo defende a liberdade de viver e ser, o gênero e o feminismo. O gênero afirmativo facilita um lugar no código de gênero para visibilizar a população, mas só essa visibilidade não é suficiente para o combate à discriminação e ao preconceito.

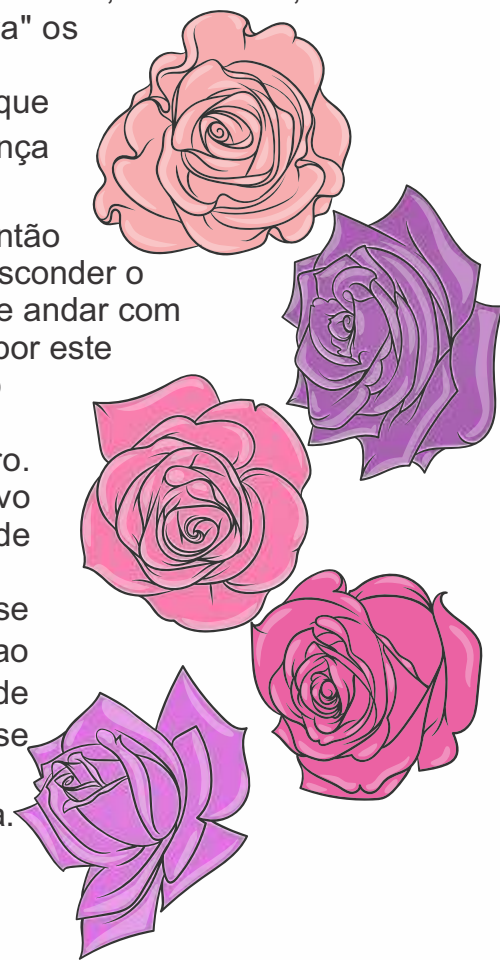
As transfobias são relativas à hierarquia e ao poder do gênero. A transexualidade não se refere a cirurgia para transformação dos corpos e sua “adequação” a um gênero, mas sim ao abandono de um lugar de poder – ser homem, para adaptação a um gênero sem poder e de submissão – ser mulher. Essa discussão e reflexão deveria ser feita na educação de base feminista, mas ela não ocorre.

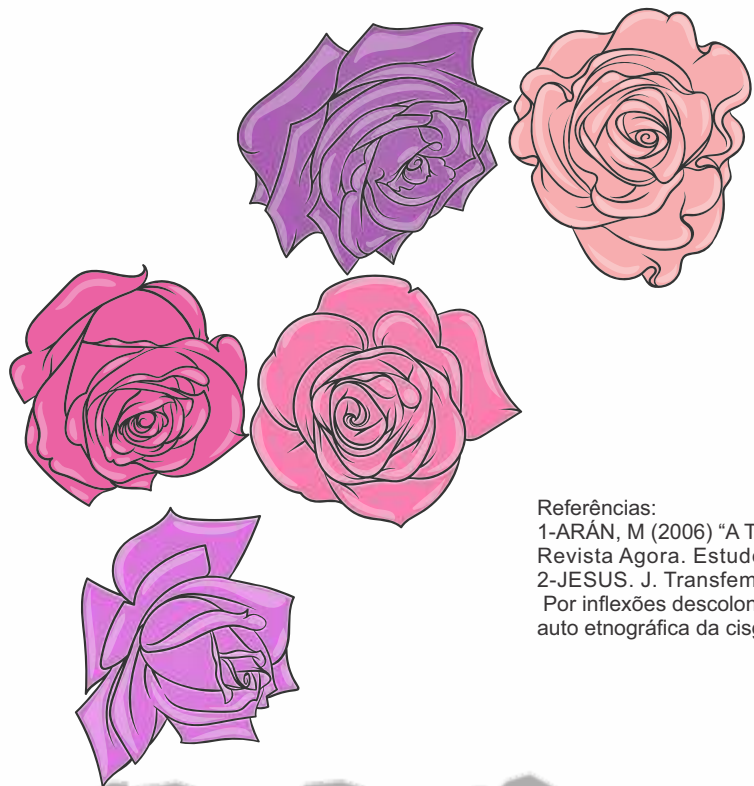
O feminismo na educação possibilitaria desconstruir uma cultura patriarcal e heteronormativa. Dessa maneira, o transfeminismo é o feminismo pensado a partir das experiências de pessoas trans e travestis, de pessoas que rompem com a ordem imposta em relação ao gênero hegemônico, que seria baseado na divisão sexual binária (homem e mulher).

Portanto, as pessoas trans possuem uma divergência com essa normatização por ela ameaçar o poder de um gênero ao outro, essa divergência é considerada como radical e a sociedade não consegue tolerar - daí ocorre a transfobia. As pessoas trans passam por essa experiência de rompimento radical com o gênero que é atribuído desde antes do nascimento. Logo, a compreensão do conceito de gênero concebe o significado do gênero como um produto cultural e não como uma dimensão biológica do ser humano. À vista disso, as pessoas trans comprovam que gênero é cultural quando elas conseguem subverter a própria anatomia (que seria algo natural e biológico, um “determinante” que não poderia ser modificado). O gênero como algo cultural, narra que nós não nascemos com os gêneros, nós construímos os nossos gêneros, assim ocorrem os processos de construção de gênero: as mulheres trans são símbolos culturais.

O transfeminismo precisa nomear suas lutas contra as opressões, lutas contra o opressor do gênero e da naturalização da cultura social - “não se nasce mulher torna-se mulher”.

Dessa maneira, os transgêneros são pessoas que transitam entre um gênero e outro, trazendo consigo um sentir-se da masculinidade para a feminilidade, ou, ainda, o caso inverso. (Arán; Marcia- 2006). Os efeitos de “gênero”, ou mesmo de “corpos”, entendidos em suas “subjetividades”, também promovem o respeito às diferenças e à dignidade humana.





E nesse processo, o transfeminismo supera o binarismo quando luta pelo fim da dominação de um gênero sobre outro; o transfeminismo descaracteriza a cultura da imposição social - aquela que pressupõe que um gênero possui poder sobre o outro - o transfeminismo traz o divisor cultural. A divisão binária do cisgênero e a heteronormativa são questionadas pela transição corpórea na afirmação de pertencimento ao gênero oprimido socialmente; o transfeminismo rompe com a ordem imposta em relação ao gênero hegemônico imposto há séculos na nossa cultura. E a educação feminista é o caminho para uma cultura igualitária.

Assim, precisamos transicionar a educação para uma educação feminista.

Beth Fernandes (Roberta Fernandes de Souza) é psicóloga, mestre em Saúde Mental; presidenta da Astral/GO.

Referências:

- 1-ARÁN, M (2006) "A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero". Revista Agora. Estudos em Teoria psicanalítica. Vol. IX, nº 1. RJ: Ed. Contra capa.
- 2-JESUS. J. Transfeminismo: teoria e praticas. Metanoia - 2014.
- 3-VERGUEIRO. .V. Por inflexões descoloniais de corpos e identidade de gênero Inconformes, uma análise auto etnográfica da cisgenieridade como normatividade. Dissertação mestrado UFBA.

PODBB - um podcast de mulheres com uma inserção cultural diferenciada

Por: Beaju
Juliana Bianchi

O projeto denominado por PODBB parte da celebração de amizade entre duas jovens garotas que se conheceram no primeiro ano do curso de Educação Física (em 1991) e amadureceram juntas sonhos e projetos concretos de vida.

A amizade e a valorização pela cultura, música e arte fortaleceram os laços já existentes, que hoje formam a base do PODBB!

As idealizadoras Beaju e Ju Bianchi, amigas desde o tempo de faculdade delinearão o PODBB como um ambiente de mesa de boteco, com um cenário peculiar que pudesse dar continuidade à famosa "resenha" presente no final de cada apresentação artística da Beaju nos bares e eventos de Goiânia, uma vez que é comum se reunirem para conversarem sobre os mais variados assuntos desde os culturais, políticos, educacionais, dentre outras pautas importantes, relevantes ou simplesmente, divertidas.

Assim, o PODBB se reinventa a cada dia, buscando sempre dar visibilidade às temáticas diversificadas e personalidades que também valorizam a cultura em geral.

Transmitido pelo YouTube desde agosto de 2022, o PODBB traz um episódio semanal às segundas feiras, a partir das 20:00h.

Atualmente, o PODBB contabiliza 57 episódios com milhares de visualizações no seu perfil do Instagram, dispondo de um grande acervo que envolve a cultura regional e nacional.

O PODBB também concede destaque ao que há de melhor na forma de receber, como ainda possibilita um ambiente leve que deixa os nossos convidados à vontade para compartilharem conosco de um bate-papo descontraído e produtivo.

Muita coisa bacana pode ser conferida nos episódios gravados e disponíveis no Canal YouTube PODBB oficial.

Beaju é Profa. Educação Física, Advogada, Artista e Intérprete de Samba. Juliana Bianchi é Profa. Educação Física, Personal e Produtora cultural.

COLUNA FEMINISTA DE CULTURA E ARTES: DICAS E SUGESTÕES

Série Documental: 1 - Gêmeas Trans. Uma nova vida

A série documental retrata ao longo de seis episódios, a vida das gêmeas brasileiras Sofia Phoebe e Mayla Albuquerque, as primeiras irmãs a realizarem a cirurgia de redesignação sexual. Na série elas falam sobre os novos desafios da vida após a cirurgia. Disponível: Streaming da HBOmax.

Filme 2 - Azul é a cor mais quente

Drama 2013 - 3h

Adèle é uma adolescente que enfrenta os desafios da chegada da maturidade. Sua vida toma um rumo inesperado ao conhecer uma encantadora garota de cabelo azul, com quem começará uma intensa relação e uma viagem de descobertas e prazer.

Filme 3 - Barbie

Comédia/Fantasia - 2023 - 1h54

É sem dúvidas o filme do ano, foi o mais aguardado, o mais falado. Para muitos, um filme que superou as expectativas. Depois de ser expulsa da Barbieland por ser uma boneca de aparência menos do que perfeita, Barbie parte para o mundo humano em busca da verdadeira felicidade.

Diretora: Greta Gerwig

Exposição “Cuide-se com Amor” no Flamboyant Shopping

O Flamboyant Shopping recebeu a exposição "Cuide-se com Amor", iniciativa assinada pela Associação das Mulheres Mastectomizadas. O objetivo era sensibilizar os visitantes do empreendimento e população em geral sobre a relevância das medidas preventivas e ações para garantir acesso adequado aos exames decisivos no diagnóstico precoce da doença. Nas 16 telas expostas, que ofereceram verdadeiras narrativas visuais a partir de relatos acessíveis, foi possível conferir momentos de dor e superação de mulheres de todas as idades, que enfrentaram essa doença terrível.

